

QUEIRÓS, Clarindo de

*militar; pres. AM 1879-1880; pres. CE 1891-1892.

José Clarindo de Queirós nasceu em Fortaleza a 22 de janeiro de 1841, filho de Inácio Lopes de Queirós e de Ana Lopes de Queirós.

Desde cedo inclinado à vida militar, assentou praça em janeiro de 1856, aos 15 anos de idade, e em 1865 partiu para a Guerra do Paraguai, da qual voltou com a patente de tenente-coronel. Servindo na província do Amazonas, em 1874 recebeu dos cearenses ali residentes a “Espada de Honra” por serviços prestados na fortificação das fronteiras brasileiras na região. Em novembro de 1879 foi efetivado como presidente e comandante de armas da província, cargos que exerceu até o ano seguinte. Ainda em 1880 foi promovido a coronel, em 1883 a brigadeiro, e em 1890, após o advento da República, a general de divisão.

Em 28 de abril de 1891 assumiu o governo do Ceará das mãos do coronel Feliciano Benjamin, governador interino, e em 7 de maio seguinte foi eleito pelo Congresso Constituinte presidente do estado. Exerceu o cargo até 16 de fevereiro de 1892, quando foi deposto pelas forças federais e pelos cadetes do Colégio Militar do Ceará. Sua deposição foi apoiada pelo marechal Floriano Peixoto, que havia substituído Deodoro da Fonseca na presidência da República em 23 de novembro de 1891 e a quem convinha o afastamento dos governantes estaduais ligados ao antecessor. Assumiu então o poder no Ceará, por dois dias, o general João Nepomuceno Medeiros Mallet, que logo passou o governo a Benjamin Liberato Barroso.

No Rio de Janeiro, foi um dos 13 generais que em 6 de abril de 1892 lançaram um manifesto dirigido a Floriano Peixoto criticando a ação do governo nos estados e defendendo a realização de novas eleições para a presidência da República como o único caminho para superar a crise. Em consequência foi desterrado em Cucuí, no Amazonas, onde se agravaram os problemas de saúde que causariam sua morte em 28 de dezembro de 1893, no Rio de Janeiro.

Foi também comandante do batalhão de engenheiros da Escola Militar e comandante geral da Artilharia. Recebeu por serviços prestados como soldado o hábito de Cristo e a grã-

cruzes de Avis e Cruzeiro.

Sua filha Maria Adelaide de Queirós casou-se com Marcos Franco Rabelo, presidente do Ceará de 1912 a 1914.

Kleiton de Moraes

FONTES: STUART, G. *Dicionário* (v.2, p. 90-92).

QUEIRÓS, FRANCISCO PESSOA DE

*diplomata; dep. fed. PE 1921-1930; sen. PE 1963-1971.

Francisco Pessoa de Queirós nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 7 de novembro de 1890, filho do coronel João Vicente de Queirós e de Mirandolina Lucena Pessoa de Queirós.

Tinha apenas três meses quando seus pais, pernambucanos, retornaram ao estado natal. Aí iniciou os estudos primários em escola pública, concluindo os preparatórios no Ginásio Pernambucano, em Recife. Ainda estudante, colaborou na imprensa pernambucana, escrevendo sobre assuntos políticos. Formou-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Recife.

Ingressou em fevereiro de 1913 nos quadros do Ministério das Relações Exteriores na condição de adido sem vencimentos. Transferiu-se nessa ocasião para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo promovido mais tarde a terceiro e a segundo-oficial e admitido em 1915 no corpo diplomático como secretário. Durante o período em que Nilo Peçanha esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1917-1918), atuou como oficial de seu gabinete. Nomeado secretário da embaixada brasileira em Londres, exerceu a mesma função em Buenos Aires. Em outubro de 1917 exonerou-se de suas atividades diplomáticas com o objetivo de candidatar-se a deputado federal no ano seguinte.

Retornando a Pernambuco, constatou porém que seu nome não fora incluído pelo governador do estado, Manuel Antônio Pereira Borba, na lista de candidatos à Câmara dos Deputados. Apresentou-se, não obstante, como candidato avulso por Sertão, distrito eleitoral onde sua família dispunha de poderosos recursos políticos. As forças partidárias dominantes não receberam com simpatia sua atitude, e o fato só não resultou em conflagração armada nos sertões pernambucanos graças à intervenção da Associação Comercial do Recife, que conseguiu que desistisse da candidatura.

De volta à carreira diplomática, foi nomeado, em julho de 1918, cônsul-geral do Brasil em Galatz, atual Galati, na Romênia. Ainda em 1918 foi promovido a cônsul de segunda classe e designado oficial de gabinete do ministro Domício da Gama (1918-1919). Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi nomeado em 1919 secretário da delegação brasileira, chefiada por Eptácio Pessoa, à Conferência de Paz realizada em Versalhes, na França. Ainda em 1919 fundou com seus irmãos o *Jornal do Comércio* de Recife, do qual

foi diretor. Nesse período, colaborou também em *O País*.

Com a eleição de Epitácio Pessoa para a presidência da República em abril de 1919, foi convidado para secretariá-lo. Deixou a função para se candidatar à Câmara dos Deputados, a convite do governador de Pernambuco, José Bezerra. Eleito, assumiu o mandato em maio de 1921 e integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara. Reeleito sucessivamente em 1924, 1927 e 1930, exerceu o mandato até outubro deste último ano, quando, com a vitória da Revolução de 1930, os órgãos legislativos do país foram dissolvidos. Contrário ao movimento revolucionário, buscou exílio no exterior e só regressou ao país em 1932.

Afastado das disputas parlamentares até 1962, nesse ano concorreu a uma cadeira no Senado, representando Pernambuco, na legenda da coligação constituída pela União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Republicano (PR). Eleito em outubro, foi empossado em fevereiro do ano seguinte e exerceu o mandato até janeiro de 1971. Participou da Conferência de Direitos Autorais em Roma e da Conferência de Comércio em Paris, em Bruxelas, na Bélgica, em Roma e no Rio de Janeiro. Dirigiu várias empresas jornalísticas, emissoras de rádio e a TV-Rádio Jornal do Comércio do Recife.

Faleceu na capital pernambucana no dia 8 de dezembro de 1980.

Foi casado com Leontina Jovenir Pessoa de Queirós.

Publicou *Coisas internacionais* (1914), *Acordos industriais e comerciais* e *O direito autoral*.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CONF. NAC. TRAB. COMÉRCIO; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário; Ilustração Brasileira* (11/1922); *Jornal do Brasil* (9/12/1980); SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (7).

QUEIRÓS, Manuel de

*sen. RJ 1895-1902.

Manuel de Queirós Matoso Ribeiro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 9 de setembro de 1841, filho de Eusébio de Queirós Matoso Câmara e de Maria Custódio Ribeiro Queirós. Seu pai, mais conhecido como Eusébio de Queirós, foi deputado geral, senador e ministro da Justiça do Império. No ministério, foi um dos principais articuladores da lei que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, promulgada em 4 de setembro de 1850 e conhecida como Lei Eusébio de Queirós.

Estudou no Colégio Pedro II, de onde saiu bacharel em letras, e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Ainda durante o Império ingressou no Partido Conservador, agremiação em que seu pai exercia grande liderança, e elegeu-se deputado provincial no estado do Rio de Janeiro.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, fez oposição ao governo de Francisco Portela no estado do Rio de Janeiro (1889-1891). Com a substituição deste por Carlos Baltasar da Silveira, que anulou a Constituição republicana fluminense de 1891 e convocou eleições para uma nova Constituinte estadual, fez parte da chapa apoiada pelo governo e foi eleito deputado na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF). Promulgada a nova Carta no dia 9 de abril de 1892, e realizadas novas eleições estaduais no dia 24 do mesmo mês, foi reeleito deputado estadual.

Nas eleições federais de março de 1894, Carlos Frederico Castrioto foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda do PRF. Faleceu, contudo, em 20 de agosto seguinte, poucos meses depois de ter assumido seu mandato. Com isso, foi realizada nova eleição para preencher sua vaga. Manuel de Queirós foi eleito, e tomou posse no Senado em 19 de julho de 1895, com mandato até dezembro de 1902. Graças à aliança entre o PRF e o Partido Republicano Federal, que apoiava o presidente da República Prudente de Moraes, foi em seguida escolhido vice-presidente do Senado, posto que ocuparia até 1901.

Com a eleição de Alberto Torres para a presidência do estado do Rio de Janeiro (1897-

1900), o PRF sofreu uma cisão. Essa tensão ficou expressa nas bancadas estaduais e federais da agremiação, que se dividiram entre as lideranças de Alberto Torres e de José Tomás da Porciúncula. No Senado, Manuel de Queirós apoiou Alberto Torres, distanciando-se de Porciúncula. Com essa situação, depois de parte da comissão executiva do PRF ter renunciado, em 23 de julho fundou-se o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado por Alberto Torres. Com a nova divisão de forças fluminense, Manuel de Queirós integrou-se ao PRRJ.

Nas eleições federais de fevereiro de 1903, não teve seu nome escolhido para disputar a reeleição, já que o PRRJ lançou a candidatura de Nilo Peçanha, deputado federal desde 1890. Com a saída do Senado, não ocupou mais cargos públicos.

Faleceu na cidade de Quissamã (RJ) no dia 1º de fevereiro de 1914.

Foi casado com Ana Francisca de Loreto Carneiro da Cunha, neta, pelo lado materno, de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias.

Publicou *Apontamentos sobre a vida do conselheiro Eusébio de Queirós* (1885).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FERREIRA, M. *República*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

QUEIRÓS, Manuel

*min. Agr. 1913-1914.

Manuel Edwiges de Queirós Vieira nasceu na vila de Santana de Macacu (RJ) em 17 de outubro de 1856, filho de Emídio Antônio Lopes Vieira e Domitildes Josefa de Queirós Vieira. Seu pai foi chefe político no município de Friburgo (RJ) durante o Império. Iniciou seus estudos no Colégio Pedro II, concluindo-os em 1875. Daí ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em 1881. Depois de formado, advogou em Santana do Japuíba (RJ), onde se tornou juiz de direito entre 1885 e 1887. Neste ano transferiu-se para a cidade de Rio Bonito (RJ) onde exerceu o mesmo cargo até 1889. Ainda durante o Império, filiou-se ao Partido Conservador.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), aderiu ao movimento republicano e fez forte oposição ao governo do presidente do estado do Rio de Janeiro Francisco Portela (1889-1891). Ao lado dos oposicionistas candidatou-se a deputado estadual constituinte, mas não foi eleito.

Em 3 de novembro de 1891, o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional e, 20 dias depois, uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Diante desse conturbado momento político, no dia 10 de dezembro de 1891, Francisco Portela, importante aliado de Deodoro, renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro, por não ter mais apoio do poder federal. Nesse processo, Carlos Baltasar da Silveira assumiu o governo estadual, apoiado pelo novo presidente da República.

Essa administração, que procurou desmontar a rede política criada por Francisco Portela, baseada no clientelismo e na diminuição da ação de grande parte da corrente republicana fluminense, fechou o Congresso estadual e dissolveu a Constituição republicana fluminense de 1891. Convocadas eleições para uma nova Constituinte estadual, saiu vitoriosa a chapa apoiada pelo governo, da qual fazia parte Manuel Queirós, eleito na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF). Com a promulgação da nova Carta, no dia 9 de abril de 1892, novas eleições estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês e Manuel de Queirós foi reeleito deputado estadual. Durante os anos em que cumpriu seu mandato foi primeiro-secretário da Assembleia Legislativa.

Contudo, em 1893, antes do final da legislatura renunciou ao mandato, pois foi nomeado pelo presidente do estado José Porciúncula (1892-1894) chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro. Ainda neste ano lutou ao lado das forças governistas contra a Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto, que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra sediada na baía de Guanabara. A insurreição, que incluiu a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes, encerrou-se com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro. Por sua atuação contra os rebeldes, foi condecorado pelo presidente marechal Floriano Peixoto com honras de coronel honorário. Com a eleição do novo presidente do Rio de Janeiro Joaquim Maurício de Abreu (1894-1897) foi mantido no posto de chefe de polícia do estado. Em janeiro de 1897, casou-se com Maria Tereza Monteiro de Barros, filha do coronel José Cândido Monteiro de Barros. Ainda em 1897, foi nomeado pelo presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) chefe de polícia do Distrito Federal. Ao final deste mandato presidencial, foi exonerado do cargo e passou a se dedicar à agricultura e a advocacia, mas sem abandonar a política fluminense.

Foi partidário do governo do presidente estadual Alfredo Augusto Guimarães Backer (1906-1910) e o apoiou depois do rompimento político com Nilo Peçanha, o que levou seu nome à sucessão estadual de 1910. À divisão de forças no estado do Rio correspondeu o lançamento simultâneo de duas candidaturas: de um lado, Backer e seus partidários defendiam a candidatura de Manuel Queirós, enquanto Nilo Peçanha apoiava a de Francisco Chaves de Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910. Em consequência desta divisão, os dois grupos acabaram deixando a capital do estado, retirando-se ambos para Petrópolis nos dias seguintes às eleições. Prevendo a interferência do governo da União, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la. O impasse permanecia, e quando Hermes

da Fonseca assumiu a presidência da República (15/11/1910) encontrou o chamado “Caso Fluminense” nesta situação. Backer abandonou o palácio de governo no final de dezembro e o grupo que o apoiava deu posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito, sendo empossado o candidato simpático ao governo federal, Oliveira Botelho, no dia 31 de dezembro de 1910. A legitimidade do novo governo só foi reconhecida pelo Decreto 8.499, expedido em 3 de janeiro de 1911, pelo presidente marechal Hermes da Fonseca.

Depois dessa derrota política, Manuel Edwiges voltou à vida pública apenas em junho de 1913, quando foi nomeado pelo então presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) novamente chefe de polícia do Distrito Federal. Permaneceu no cargo até 26 de novembro deste ano, quando foi nomeado ministro da Agricultura, em substituição a Pedro de Toledo, que fora nomeado embaixador do Brasil na Itália. Permaneceu nesse posto até o final do mandato de Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1914.

Ao final desses anos, passou a residir na cidade de Petrópolis (RJ), onde foi eleito vereador. Faleceu em Petrópolis no dia 18 de março de 1921.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; FERREIRA, M. *República*; INST. HIST. PETRÓPOLIS. Disponível em: <www.ihp.org.br>. Acesso em: 8/2/2011.

QUEIRÓS, Paulo de Sousa

*dep. fed. SP 1895-1896.

Paulo de Sousa Queirós nasceu na cidade de São Paulo em 1852, filho de Vicente de Sousa Queirós e de Francisca de Paula Sousa e Melo. Seu pai, o barão de Limeira, foi vereador na Câmara Municipal de São Paulo. Sua mãe era prima de seu pai e filha do conselheiro e senador Francisco de Paula Sousa e Melo.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1874. Foi delegado de polícia da capital paulista sob a chefia de Bernardino de Campos, a quem viria a suceder como chefe de polícia. Mais tarde foi eleito senador estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), para a legislatura 1892-1893. Integrou então as comissões de Redação (1892-1893) e de Justiça e Força Pública (1893).

Em 1895, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, eleito pelo primeiro distrito de São Paulo em vaga aberta devido à renúncia de Carlos Augusto Garcia Ferreira. Todavia, no ano seguinte, deixou o mandato para assumir a Secretaria da Fazenda do estado, que comandou até 1897. Eleito pelo PRP com 20.915 votos, retornou ao Senado Estadual entre 1900 e 1902 e aí participou da Comissão de Justiça e Força Pública (1901).

Faleceu em São Paulo no dia 29 de agosto de 1934.

Era casado com Narcisa Andrada de Sousa Queirós, filha do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço, professor de direito, deputado provincial (1860-1861), deputado geral por São Paulo (1861-1868, 1878-1879) e senador (1879-1886), além de ministro da Marinha (1862) e do Império (1864). Não teve descendência.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AZEVEDO, V. *Barão*; Genealogia história.

Disponível

em:

<http://www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesviscondes.asp?categoria=3&categoria2=2&subcategoria=84>.

QUESTÃO MILITAR

Série de confrontos entre militares e autoridades civis ocorridos entre 1884 e 1887. Embora tenha preparado o ambiente para a proclamação da República, seus principais líderes, de início, não visavam ao fim da monarquia.

OS MILITARES NO IMPÉRIO

Até a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército tinha pouca força política na estrutura de poder do Império. Tal situação foi evidenciada especialmente pela reforma de 1850, quando o ministro da Guerra Felizardo de Sousa e Melo racionalizou as promoções, que passaram a ser feitas mais por merecimento do que em função da origem aristocrática do militar, e estabeleceu como pré-requisito para o oficialato o curso da Real Academia Militar, que fora criado em 1810 por dom João VI. As duas medidas tornaram a carreira militar desinteressante para os jovens da elite. O Exército passou a ser então a carreira preferencial para filhos de militares e pequenos funcionários das províncias, pois era a maneira de eles terem acesso a um curso superior. As faculdades de Direito e Medicina eram caras, e o enxoval necessário para ingressar na Escola Naval era proibitivo para as classes médias e baixas.

A vitória sobre o Paraguai aumentou a autoestima e a politização dos militares, mas não seu prestígio junto ao governo civil. Em 1871, 40 oficiais fundaram o Instituto Militar, para lutar por melhorias no Exército, e ofereceram a presidência ao conde d'Eu, marido da princesa Isabel, herdeira do trono de dom Pedro II. Embora participassem do instituto membros do alto-comando, como Floriano Peixoto, o Conselho de Estado o considerou uma ameaça à disciplina, e o conde d'Eu recusou o convite, pondo fim ao grupo.

Durante a década de 1870 e no início da seguinte, os militares que haviam participado da guerra como oficiais subalternos tiveram poucas promoções e viram seus soldos diminuírem, assim como o orçamento do Exército. Contribuíram para o acirramento dos conflitos o temor de que o Exército fosse substituído pela Guarda Nacional e o

corporativismo crescente dos militares, fruto do ensino na Escola Militar da Praia Vermelha. Os alunos chegavam ao Rio de Janeiro adolescentes, geralmente vindo das províncias, e tinham pouco contato com suas famílias, devido às dificuldades de comunicação, ou com os moradores da cidade, devido ao baixo prestígio da carreira junto à elite. Por outro lado, sua formação cultural era sólida, voltada para as ciências exatas e militares e influenciada pelo positivismo, corrente filosófica francesa do início do século XIX que preconizava organizar a sociedade ideal com base na observação científica. O major e professor da Escola Militar Benjamin Constant era um dos principais difusores dessas idéias, que levaram professores e alunos a apelidar a escola de “Tabernáculo do Saber”. Dizia-se que era fácil entrar, mas só os melhores concluíam o curso.

Segundo Celso Castro, o Exército estava então dividido em três faixas etárias: os militares pré-Guerra do Paraguai, como o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas; os que eram jovens quando participaram do conflito, como o coronel Raimundo José da Cunha Matos e Benjamin Constant; e os alunos ou ex-alunos que não foram à guerra e se autodenominavam “juventude militar”.

O CONFRONTO

Em 1883, o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, oficial prestigiado pela tropa e amigo de dom Pedro II, protestou publicamente contra o projeto do visconde de Paranaguá, que obrigava os militares a contribuir para o montepio. Sena Madureira foi punido sem maior repercussão. No ano seguinte, convidou o abolicionista cearense José Francisco do Nascimento, que se recusara a transportar escravos em sua jangada, para uma visita à Escola de Tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. Como punição, foi transferido para a Escola Preparatória de Rio Pardo, na província do Rio Grande do Sul. A medida gerou polêmica e provocou a proibição aos militares, por parte do ministro da Guerra Alfredo Chaves, de discutir através da imprensa.

Em agosto de 1885, após investigação no Piauí, o coronel Cunha Matos denunciou o comandante de um quartel local como corrupto. Cunha Matos era do Partido Liberal e

pediu o afastamento do oficial, do Partido Conservador. Em junho de 1886, em revanche, o deputado Simplício Resende acusou Cunha Matos, na Câmara, de ter atacado tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Cunha Matos reagiu com violência pela imprensa, e o ministro da Guerra mandou prendê-lo por dois dias depois de advertir que militares não podiam se manifestar pela imprensa sem autorização prévia. A reação veio em agosto: o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas, então senador pelo Rio Grande do Sul, afirmou em plenário que a ofensa a Cunha Matos se estendia aos demais oficiais do Exército, ampliando a questão. O visconde de Pelotas alegava que os oficiais tinham o direito de defender sua honra quando atacados, e que era evidente que os políticos se julgavam superiores aos militares, embora não se tivessem arriscado pela pátria, numa alusão à Guerra do Paraguai.

Dias mais tarde, o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra que transferira Sena Madureira para o Rio Grande do Sul, negou o abuso em discurso no Congresso. Em resposta, Sena Madureira publicou uma carta no jornal republicano gaúcho *A Federação*, em que chamava Franco de Sá de “general improvisado”. Em represália, o ajudante-general do Exército Manuel Antônio Fonseca da Costa, o visconde da Gávea, indagou por telegrama ao marechal Deodoro da Fonseca, comandante das Armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, sobre a permissão para a publicação da carta de Sena Madureira. Antes da resposta, o ministro da Guerra repreendeu publicamente Sena Madureira, desagradando a Deodoro da Fonseca. Configurou-se aí a Questão Militar, como confronto entre militares e governo.

A ampliação do confronto para toda a corporação foi alimentada por artigos no jornal *A Federação*, em que o Império era acusado de ofender a honra do Exército. Os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul fizeram uma homenagem a Sena Madureira, autorizada por Deodoro da Fonseca, e seus colegas da Escola Militar da Praia Vermelha organizaram outra no Rio, indicando o marechal Deodoro como representante da tropa em confronto com o governo, já que ele comandava a unidade mais importante do Exército. O presidente do Conselho de Ministros, barão de Cotegipe, apelou para que se mantivesse a

disciplina, mas o marechal defendeu a correção dos manifestantes.

Embora adversário de Deodoro no Sul, o visconde de Pelotas aliou-se a ele, e Cotegipe revogou a proibição de os militares se manifestarem pela imprensa. Reiterou, porém, o pedido para que as reuniões de oficiais cessassem, sem resultado. Em 9 de outubro, os jovens oficiais da Praia Vermelha publicaram um protesto contra o deputado Cândido de Oliveira e o senador Silveira Martins, que os haviam censurado no Congresso. Novamente, estendiam o ataque a Deodoro a todo o Exército. No dia seguinte, 10 de outubro, reuniram-se na Sociedade Francesa de Ginástica do Rio de Janeiro em solidariedade aos militares do Rio Grande do Sul. A assembleia foi presidida pelo major e professor Benjamin Constant e pelo vice-almirante Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, monarquista insatisfeito com a dissolução da Esquadra de Evoluções, unidade de elite da qual fora comandante.

Ainda que tivesse sido revogada a proibição de os militares se manifestarem, a Questão Militar não se encerrou, diante da recusa de Deodoro em proibir reuniões de oficiais e alunos gaúchos. Cotegipe o transferiu então para o Rio, e em solidariedade Sena Madureira pediu exoneração do comando que exercia em Rio Pardo. Os dois voltaram no mesmo navio para o Rio de Janeiro, mas antes foram homenageados em Porto Alegre. Agora a reivindicação era que as punições a Sena Madureira e Cunha Matos fossem retiradas de suas fés-de-ofício, fichas profissionais dos militares.

Para evitar novos tumultos, o barão de Cotegipe pediu ao comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, Severiano da Fonseca, irmão do marechal Deodoro, que impedisse a ida dos alunos ao desembarque dos dois militares vindos do Sul. Os alunos, no entanto, compareceram fardados, e Severiano pediu demissão. Ao transmitir o cargo, em 1º de fevereiro de 1887, foi homenageado pelos alunos e oficiais, com discursos de Serzedelo Correia e Benjamim Constant. No dia seguinte, houve nova reunião de solidariedade o Teatro Recreio Dramático. A manifestação foi atribuída aos integrantes da “juventude militar”, que decidiram só dar a questão por encerrada quando as acusações fossem retiradas das fés-de-ofício dos oficiais e encarregaram Deodoro de negociar com o governo. O marechal entregou uma carta ao imperador em que criticava a punição a Cunha Matos e a

Sena Madureira e pedia solução urgente para o caso. Uma semana depois, em 12 de fevereiro de 1887, sem receber resposta, Deodoro enviou uma segunda carta a dom Pedro II, acusando seu ministério de traição. O ministro da Guerra propôs reformá-lo, mas o imperador recusou, e Alfredo Chaves demitiu-se.

O novo ministro da Guerra concordou com as reivindicações, desde que Sena Madureira e Cunha Matos solicitassem a retirada das acusações de suas fés-de-ofício. Apesar de Deodoro ter aceitado a proposta, Sena Madureira e Cunha Matos recusaram-se a fazer a solicitação, e oficiais da fortaleza de Santa Cruz comunicaram que queriam uma solução radical para o conflito, que poderia ser até o fim da monarquia. Relutante, Deodoro voltou atrás e comunicou ao imperador que o caso continuava sem solução, especialmente porque 50 alferes-alunos que tinham ido recebê-lo na volta do Rio Grande do Sul haviam sido transferidos da Escola Militar da Praia Vermelha para a Escola de Tiro de Realengo, o que atrasaria sua formatura.

Em abril de 1887, o visconde de Pelotas veio ao Rio para dar apoio a Deodoro, e ambos assinaram um manifesto em favor dos alunos e jovens oficiais que, liderados pelos republicanos Campos Sales e Aristides Lobo, propunham a imediata instalação da República. O visconde de Pelotas optou pela negociação parlamentar, que pôs fim ao impasse. Em 20 de maio, o Senado aprovou uma moção em que instava o governo a limpar a ficha de Sena Madureira e Cunha Matos, e assim a Questão Militar foi encerrada.

Celso Castro lembra que os conflitos entre os governos civis e os militares foram constantes em todos os países no século XIX, mas que no Brasil foi essa a primeira vez em que as tropas se manifestaram como força política, o que desgastou o governo civil. Foi também a primeira participação de Benjamin Constant na política nacional. Em 1889, junto com o marechal Deodoro da Fonseca, ele seria um dos líderes do golpe que pôs fim à monarquia.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: CARVALHO, J. *Bestializados*; CASTRO, C. *Militares*.

QUESTÃO PANTHER

Questão diplomática entre o Brasil e Alemanha ocorrida entre 27 de novembro de 1905 e 6 de janeiro de 1906, envolvendo a canhoneira alemã *Panther*.

Na segunda metade de novembro de 1905, a *Panther* atracou em Itajaí, no estado de Santa Catarina. Durante a estadia, um marinheiro não retornou à embarcação no prazo estipulado e foi considerado desertor. Ao ser informado do acontecimento pelo comandante da *Panther*, o consulado alemão na cidade comunicou o fato às autoridades locais para as devidas providências. Simultaneamente, ainda que sem autorização do governo brasileiro, o comandante da embarcação, conde Saurma Jeltsch, ordenou a alguns oficiais que, em trajes civis, e acompanhados de homens da guarnição, procedessem à localização do tripulante desaparecido. Em contato com os germano-brasileiros, iniciou-se de modo infrutífero o processo de busca. No entanto, no dia da partida, o marinheiro retornou.

Ao tomar ciência da ação indevida, o Ministério das Relações Exteriores exigiu a entrega do militar, caso ele estivesse sob a guarda criminal das autoridades navais germânicas. Ante a impossibilidade de checar se o marinheiro havia sido detido ou não, o governo brasileiro chegou a cogitar a hipótese de arrestar o navio.

O incidente foi aproveitado pelos Estados Unidos para reforçar-se diplomaticamente junto ao Brasil, ao difundir a idéia de um “perigo alemão” na América do Sul. Tal perigo adviria da afoiteza da política externa de Berlim para diminuir o atraso, quando comparada às demais potências européias, na investida em busca de novos territórios – apenas no fim do século XIX a Alemanha sentiu-se confiante para lançar-se na corrida imperialista, já que o governo alemão só considerava a possibilidade de êxito no empreendimento neocolonial se contasse com uma poderosa Marinha, capaz de ombrear-se com a dos demais países. Tal disposição despertaria a atenção e, por conseguinte, a preocupação da França, da Rússia, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

A fim de viabilizar a política expansionista, a Marinha alemã, sob o comando do almirante von Tirpitz, conseguiu o apoio necessário do imperador Guilherme II para a execução de

projeto de rápida ampliação da frota, mesmo que oficialmente a justificativa fosse a de permitir à nação defender-se de outras potências. Outra preocupação paralela de Berlim foi assegurar bases navais, especialmente no Caribe, com o objetivo de assegurar melhores condições para utilizar a futura conexão entre o Atlântico e o Pacífico, o canal do Panamá. Assim, os pontos de interesse eram Ilhas Virgens, Curaçao, Suriname, Galápagos e San Eustaquio. Em relação à América do Sul, a Marinha alemã previa a necessidade de uma base situada de preferência no sul do Brasil.

A vitória dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana, em agosto de 1898, já havia despertado na Marinha germânica o receio de que o governo norte-americano rapidamente viesse a ocupar todos os territórios desabitados por europeus tanto no Atlântico como no Pacífico, o que inviabilizaria a tentativa alemã de firmar seu império além-mar. Além do mais, sem pontos de apoio oceânico, a comunicação da Alemanha com seus súditos instalados maciçamente em outros países, como era o caso do Brasil, com cerca de 300 mil colonos, ficaria extremamente dificultada. Dessa maneira, diversos segmentos da sociedade alemã, principalmente os pan-germanistas, pressionavam o governo a tomar medidas de proteção relativamente a seus nacionais e descendentes. Sem uma frota significativa, a Alemanha não teria condições de resguardar o interesse de seus emigrados. Esse posicionamento radical reverberava no Brasil, por meio da imprensa local.

Ao mesmo tempo, jornais norte-americanos disseminavam a idéia de que a Alemanha desejava futuramente estender seu império para a América do Sul, tendo como ponto de apoio as empresas de colonização. Estas adquiririam muitas terras e estimulariam nos emigrantes a necessidade de conservação de costumes e tradições como o idioma, por exemplo. As companhias alegavam que isso visava a facilitar os laços comerciais bilaterais. No Brasil, muitos periódicos enxergavam uma situação diversa da alardeada pelos meios de comunicação dos dois países: de fato, a postura da Alemanha e a dos Estados Unidos refletiriam uma disputa transcendente ao país ou mesmo à América do Sul, visto que ambos disputavam com a Grã-Bretanha mercados em todo o mundo, com o objetivo de escoar os seus produtos industrializados. Mesmo sem considerar seriamente no seu cotidiano o alarde

feito pelos meios de comunicação dos Estados Unidos sobre as possíveis ambições da Alemanha no tocante à integridade territorial sul-americana, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, valeu-se do incidente da canhoneira *Panther* para demonstrar aos países do eixo norte-atlântico a intocabilidade de sua soberania.

O firme posicionamento brasileiro levou a Alemanha a retratar-se perante o país. Mediante nota de 2 de janeiro de 1906, o representante alemão, barão de Teutler, afirmou que não houvera intenção alguma de se desrespeitar a soberania do Brasil, e reiterou os votos de amizade. Além do mais, informou que os responsáveis pelo incidente seriam levados a julgamento militar. Algumas semanas depois, o comandante da *Panther*, oficial pivô da desinteligência diplomática entre os dois países, seria dispensado do comando da canhoneira.

O posicionamento do Brasil refletiu-se na nota assinada pelo ministro Rio Branco: "O Governo Brasileiro aprecia devidamente a retidão e presteza com que o Governo Imperial procedeu no exame e decisão deste caso, dando mais uma prova dos seus elevados sentimentos de justiça. Não pode, entretanto – quaisquer que sejam os usos das marinhas de guerra em outros países – deixar de lamentar que o Comandante da *Panther* tivesse incumbido oficiais e praças da sua guarnição de fazer indagações em terra, mesmo obrando com a maior reserva e prudência, para verificar o paradeiro de um desertor, tanto mais quanto o mesmo Comandante declara que contava com a boa vontade das autoridades territoriais, às quais compete, incontestavelmente, praticar as diligências de polícia necessárias para a descoberta, captura e entrega de desertores".

A firmeza do Brasil no caso, demonstrando a uma grande potência européia condições próprias para uma eventual reação diante do desrespeito à sua soberania, mesmo sendo improvável um confronto militar entre os dois países, ecoou positivamente no restante do continente. Na época, a imprensa norte-americana divulgou a informação de que o Brasil havia solicitado auxílio a Washington, em caso de agravamento da situação. O Itamaraty determinou que o embaixador brasileiro, Joaquim Nabuco de Araújo, procurasse desmentir

a notícia. Nabuco respondeu que não valeria a pena tal medida, em vista da possibilidade de gerar um desgaste junto ao governo norte-americano sobre uma possível omissão na solidariedade intercontinental. Contudo, preparou um relato, acompanhado de documentos, acerca do caso, para remeter ao Departamento de Estado, a fim de que se resguardasse provavelmente do ponto de vista histórico a atuação do Brasil no incidente.

No fim, o caso *Panther* proporcionou ao governo brasileiro – especialmente ao Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de Rio Branco, seu titular – a oportunidade de demonstrar à população a preocupação da República com a soberania. Além do mais, possibilitou o reforço da alteração do eixo diplomático adotado desde o início da mudança de regime, em 1889: da Europa para a América, ou para os Estados Unidos, conforme se poderia verificar quando da realização da Conferência Internacional Americana, realizada entre julho e agosto de 1906, com a participação de 19 países.

Virgílio Arraes

FONTES: BUENO, C. *Política*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; LINS, A. *Rio Branco*.